Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Relatório 8 de Gestão 5

Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Belém-Pará Dezembro -2016



Av. Governador José Malcher, 1018 Nazaré- Belém-Pará . CEP: 66055-260 Telefones: (91) 3219-1440 / (91) 3239.1414 www.seasterpa@yahoo.com.br Belém-Pará-Brasil

Simão Robison Oliveira Jatene

Governador do Estado do Pará

José da Cruz Marinho

Vice-Governador do Estado do Pará

Heitor Márcio Pinheiro Santos

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Everson Costa

Secretário Adjunto de Trabalho, Emprego e Renda

Milson Charles Tuma

Diretor de Assistência Social

Leila Nazaré Gonzaga Machado

Diretora de Renda de Cidadania e Combate à Pobreza

Honorato Consenza

Diretor de Segurança Alimentar e Nutricional

Fábio Souza

Diretor de Administração e Finanças

Equipe de consolidação/NUPLAN

Catarina Santos Ramos

Cleidiane de Oliveira Sena dos Santos

Francinete Pontes (Gerente)

Janice Ferreira dos Santos (Gerente)

Julio Cesar da Cunha Salimos

Maria Regina Reis Souza

Nilza Maria Rodrigues Ferreira

Rubens Luiz Proença Cordeiro

Suzany Belém Ribeiro

Thiago da Silva Silveira (Coordenador)

LISTA DE SIGLAS

ANOREG Associação dos Notórios e Registradores do Pará BEPAH Benefício as Pessoas Acometidas pela Hanseníase

BPC Benefício de Prestação Continuada

CAPACITA/SUAS Programa Nacional de Capacitação do SUAS

CEAS Conselho Estadual de Assistência Social

CEASA Centrais de Abastecimento do Pará

CEDEC Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente CEDPD Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência

CEDPI Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Idosa

CIIC Centro Integrado de Inclusão e cidadania

COBEN Sistema de Controle de Concessão de Benefícios

COHAB Companhia de Habitação Estado do Pará

CONSEAN Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DAF Diretoria Administrativa e de Finanças

DAS Diretoria de Assistência Social

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos DIEESE

socioeconômicos

DISAN Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional

DQPE Diretoria de Qualificação Profissional

DRCCP Diretoria de Renda de Cidadania e Combate a Pobreza

DTE Diretoria de Trabalho e Emprego

EPAN Equipamento Público de Alimentação Nutricional FASEPA Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

FEAS Fundo Estadual de Assistência Social

FRC Fundo de Registro Civil

LOAS Lei Orgânica de Assistência Social

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome **MDS**

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

ONGS Organização não Governamental PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PBF Programa Bolsa Família

Planejamento Estratégico Situacional PES

PPA Plano Plurianual

RCN Registro Civil de Nascimento

SEASTER Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e

Renda

SEDUC Secretaria de Estado de Educação

SEPLAN Secretaria de Estado de Planejamento

SESPA Secretaria de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE

SINE Sistema Nacional de Emprego

Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN

SUAS Sistema Único de Assistência Social

TJE Tribunal de Justiça do Estado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E	
RENDA	
FINALIDADE INSTITUCIONAL	09
PROGRAMAS COM AÇÕES EXECUTADAS PELA SEASTER	
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	15
DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS	18
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	46
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	59
Manutenção da Gestão	59
Governança para Resultados	60

Apresentação

O Relatório Anual de Gestão da Secretaria de Estado de Assistências Social, Trabalho, Emprego e Renda, exercício 2016, apresenta a execução e avaliação das ações desenvolvidas por programas do PPA/2016/2019, aprovado pela Lei nº 8.335 de 29 de dezembro de 2015.

Foi elaborado a partir da sistematização dos relatórios mensais emitidos pelas diretorias que compõem a SEASTER: Diretoria de Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional; Renda de Cidadania e Combate a Pobreza; Trabalho e Emprego; Qualificação Profissional e de Administração e Finanças. Estas informações alimentam o Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (GP Pará), sistema que possibilita a consolidação, monitoramento e avaliação dos programas, ações e metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado do Pará.

O relatório traz a análise da execução física e financeira por Programa, detalhado nas ações que o compõem, por regiões de integração, de forma transparente, apontando os obstáculos superados e confirmando resultados efetivamente alcançados.

Ao publicizar este relatório a SEASTER atende ao princípio constitucional que trata do princípio da publicidade na administração pública, tornando acessível ao público em geral o produto final do processo de execução, acompanhamento e monitoramento de seus Programas e Ações realizados no ano de 2016.

Secretária de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER)

Finalidade Institucional

A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, assim denominada pela Lei nº 8.096, de janeiro de 2015, é responsável pela coordenação e execução das Políticas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e de Trabalho e Emprego no Estado do Pará.

Missão

"Promover com qualidade e efetividade o desenvolvimento social, garantindo aos cidadãos, especialmente aos dos grupos da população em situação de vulnerabilidade social, direito e acesso à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, à promoção do trabalho, geração de emprego e renda".

Justiça Social **Valores Equidade Social** Inclusão Social Respeito às diferenças Família o

A partir do Planejamento Estratégico Situacional (PES/2015), a SEASTER, alinhada ao mapa estratégico do Estado do Pará, elaborado em 2011, e fazendo frente a sua missão e valores, definiu como de sua responsabilidade o enfrentamento ao macroproblema assim declarado.

MACROPROBLEMA

Elevado número de pessoas e famílias em situação de risco, vulnerabilidade e exclusão social nas Regiões de Integração do Estado do Pará

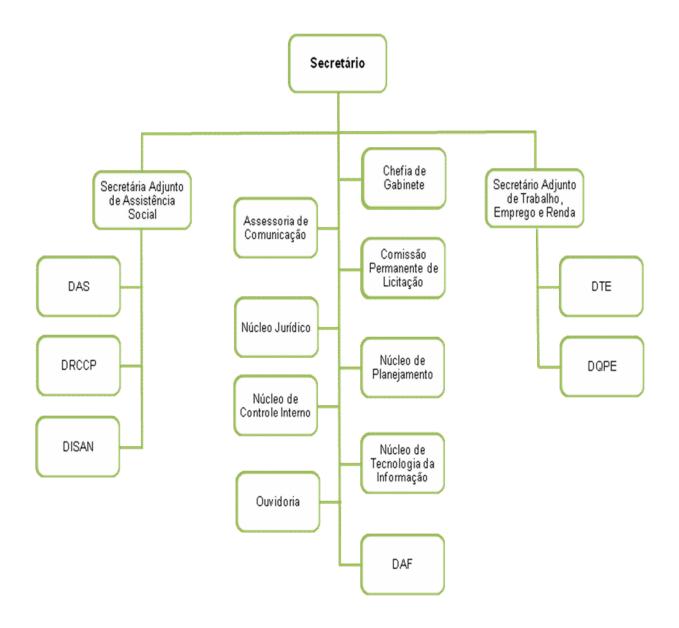


- Garantir a intersetorialidade e a interinstitucionalidade das políticas e ações desenvolvidas pela SEASTER
- Garantir a regionalização das ações da SEASTER no Estado
- Garantir a modernização organizacional da SEASTER considerando o Pacto Federativo e o Fator Amazônico

Assim, as metas e ações propostas no PPA/2016-2019 foram orientadas pelo Planejamento Estratégico da secretaria e buscam o enfrentamento aos desafios que este apresenta para as políticas de Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. São 06 Programas, sendo 04 temáticos: Cidadania e Direitos Humanos, Educação Profissional e Tecnológica, Direitos Socioassistencias, Trabalho, Emprego e Renda e 02 de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: Governança para Resultados e Manutenção da Gestão, com total de 35 ações.

Estes Programas e Ações são operacionalizados e executados por meio de duas Unidades Gestoras (UG): **SEASTER** e **FEAS**. A SEASTER é gestora do Fundo Estadual de Assistência Social e do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente. Possui também estrutura técnica, orçamentária e financeira para o Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará, que é administrado por um Conselho Gestor, composto pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJE), SEASTER, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) e Associação dos Notórios e Registradores do Pará (ANOREG/PA), tendo por Presidente o TJE.

ORGANOGRAMA



A estrutura organizacional da SEASTER é composta pelo Gabinete do Secretário, gabinetes dos secretários adjuntos, núcleos, assessorias, comissão permanente de Licitação, ouvidoria, diretorias e suas coordenações e gerências.

Diretoria de Assistência Social (DAS)

A Diretoria de Assistência Social tem como competência básica coordenar, formular, executar, monitorar e avaliar, em âmbito estadual, as ações de proteção social básica e proteção social especial, observando as diretrizes constitucionais da política de assistência social e sua regulamentação pela Lei Orgânica da Assistência Social . LOAS, e as normatizações do Sistema Único de Assistência Social . SUAS, e as demais legislações pertinentes que se tornarem vigentes.

Diretoria de Renda de Cidadania e Combate à Pobreza (DRCCP)

A DRCCP tem por competência formular, articular, coordenar, executar, acompanhar e avaliar os programas e projetos relativos à Política de Transferência de Renda, a concessão de benefícios assistenciais a cargo do Estado e promover os meios e os instrumentos necessários para a articulação e intercâmbios políticoinstitucionais, fomentadores de desenvolvimento e inclusão social.

Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN)

A DISAN tem como competência básica coordenar, formular, executar, implementar, monitorar e avaliar, em âmbito estadual, as ações de segurança alimentar e nutricional, observando as diretrizes constitucionais da política de Segurança Alimentar e Nutricional e sua regulamentação pela Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, e as normatizações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, e as demais legislações pertinentes que se tornarem vigentes.

Diretoria de Trabalho e Emprego (DTE)

A DTE compete propor, planejar, coordenar, supervisionar e executar programas e projetos relativos às atividades de intermediação de trabalho, ações de pesquisa e geração, e informações sobre o trabalho, ações de desenvolvimento das

atividades voltadas para o acesso ao seguro desemprego e seguro defeso, programas e projetos de qualificação para o trabalho, e fortalecimento da economia solidária em todos os seus aspectos.

Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo (DQPE)

A DQP compete propor, coordenar, supervisionar e executar os programas e projetos que visem à qualificação para o trabalho no Estado do Pará.

Diretoria de Administração e Finanças (DAF)

A DAF tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades das áreas administrativas, para tanto está estruturada em 03 coordenadorias: Gestão de Pessoas, Administração e Finanças e Contabilidade.

PROGRAMAS COM AÇÕES EXECUTADOS PELA SEASTER

Programas Temáticos

Cidadania e Direitos Humanos

Direitos socioassistenciais

Trabalho, Emprego e Renda

Educação Profissional e Tecnológica

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços

Governança para Resultados

Manutenção da Gestão

PROGRAMA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

O Programa Cidadania e Direitos Humanos têm 03 ações executadas pela SEASTER: operacionalização do Fundo de Registro Civil, capacitação dos Profissionais da Rede de Atenção aos Usuários de Álcool e Outras Drogas e realização de Ações de Inclusão Socioprodutiva aos Usuários de Drogas, que não teve execução e passa por processo de reavaliação.

Ação: Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil			
Produto:			
Dot. Atualizada Realizado			
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	130.751 Un	138.299 Un	106
Financeiro (R\$ 1,00)	7.325,95 MIL	4.496,37 MIL	61

Análise: A ação tem por objetivo prover a gratuidade dos atos praticados pelos cartórios de registro de pessoas naturais em todo Estado. É executada pela UG SEASTER, com recurso do Fundo de Registro Civil, administrado por um Conselho Gestor composto pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJE), SEASTER, Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) e Associação dos Notórios e Registradores do Pará (ANOREG/PA), tendo por Presidente o TJE. A execução da meta física extrapolou a meta prevista resultado das ações articuladas e intersetoriais de combate ao sub-registro.

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

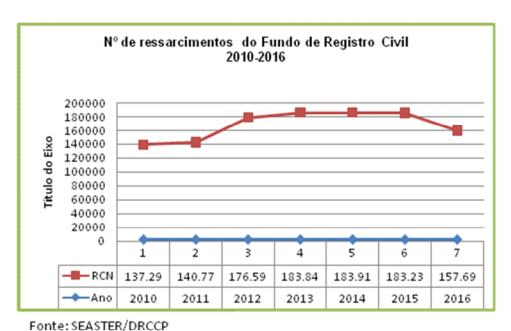
A ação de Apoio ao Fundo de Registro Civil tem suporte na ação de apoio aos municípios na inclusão dos serviços, benefícios e programas socioasistenciais, que por meio do apoio às ações de Busca Ativa nos municípios, alcança áreas geograficamente isoladas com populações tradicionais, específicas e comunidades rurais e urbanas.

Daí a continuidade das campanhas do registro civil ser fundamental para manter o patamar de registros alcançados nos últimos anos, bem como na recuperação de registros tardios, que tem ocorrido em prazos menores. Ressalta-se a necessidade dessas campanhas serem orientadas para as localidades de maior incidência do sub-registro e populações, como indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas, assim como, garantir as estruturas para que os cartórios do registro civil se mantenham economicamente, através do apoio do programa de Renda Mínima do Fundo de Registro Civil. Assim poderão dar continuidade ao atendimento à população, e a informatização dos cartórios com aparatos tecnológicos que viabilizem a transmissão dos dados qualitativamente registrados. A criação de cartórios de registro civil em todos os municípios paraenses é outro elemento de grande valia no combate ao sub-registro.

Destaca-se a necessidade de o Ministério Público, o Poder Judiciário, a FUNAI, os Conselhos Tutelares e os Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente entrar nesse circuito, constituindo uma rede de proteção à criança e fazendo valer a lei, no sentido do registro de nascimento ser compreendido como um direito da criança e dever de pais, responsáveis e do Estado.

Os dados do gráfico abaixo mostram a série histórica do número ressarcimento do Fundo de Registro Civil de 2010 a 2016.

Gráfico 01



Elaboração: SEASTER/NUPLAN

Ação: Capacitação dos Profissionais da Rede de Atenção aos Usuários de Álcool e Outras Drogas			
Produto: Pessoa Capacita	da		
	Dot. Atualizada Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	520 Un	83Un	16
Financeiro	182,50 MIL	1,50 MIL	1
Análise: Acão executada pela UG SEASTER, com recurso exclusivo do Tesouro do Estado.			

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

A SEASTER realizou capacitação para os Profissionais da Rede de Atenção aos Usuários de Álcool e Outras Drogas, em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SESPA) e da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), para região Xingu, nos dias 24 e 25 de outubro de 2016. O evento ocorreu no município de Altamira. Foram capacitadas 83 pessoas, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 02



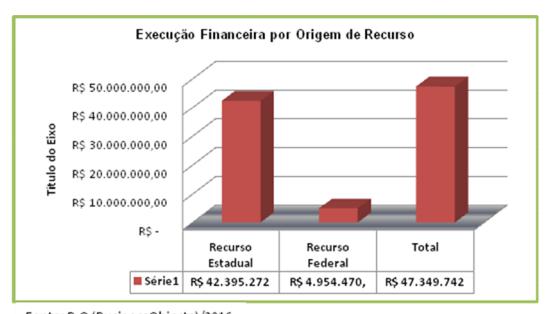
Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

PROGRAMAS DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

Indicador: Incremento do acesso das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais

O Programa Direitos Socioasistenciais tem 17 ações executadas pela SEASTER, dentro de três objetivos. A execução financeira se dá por meio das UGs FEAS e SEASTER. A execução financeira foi de R\$ 47.349.742 (guarenta e sete milhões, trezentos e quarenta e nove mil e setecentos e quarenta e dois centavos). Sendo R\$ 42.395.272 (quarenta e dois milhões, trezentos e noventa e cinco mil e duzentos e setenta e dois reais) do Tesouro do Estado e R\$ 4.954.470 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e setenta reais) recurso do governo federal. O gráfico a seguir mostra a execução financeira por origem de recurso.

Gráficos 03



Fonte: B.O (BusinessObjects)/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

As metas de PPA apresentaram baixa execução em todas as regiões de Integração. Algumas dessas metas serão revistas para o exercício de PPA 2018/2019.

Objetivo 01: Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

municípios na inclusão dos serviços, benefícios e programas Ação: Apoio aos socioasistenciais

Produto: Município atendido

	Dot. Atualizada	Realizado	
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	89 Un	25 Un	28
Financeiro (R\$ 1,00)	3.418,59 MIL	2.680,92 MIL	78

Análise: Ação tem como objetivo apoiar os municípios na realização da Busca Ativa, ações de cidadania e inclusão no Cadastro Único das famílias extremamente pobres, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social. A execução financeira se dá por meio da UG FEAS e foi suplementada em R\$ 2.462,321 mil. A meta física ficou abaixo do previsto, mas ainda aponta resultados significativos considerando, principalmente, o enfrentamento ao sub-registro civil, alcançando áreas geograficamente isoladas e com a presença das populações tradicionais e específicas. A região de integração do Guajará teve 100% de seus municípios atendidos.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

A ação é operacionalizada de forma intersetorial com prestação de serviços das diversas políticas públicas, por meio de ações de Busca Ativa às pessoas sem registro civil de nascimento, Caravana de Cidadania com a Fundação Pro Paz, com orientação às famílias sobre a importância e os requisitos a serem cumpridos para obtenção do registro civil de nascimento.

Destacam-se atividades como articular parcerias com as instâncias de controle social e lideranças comunitárias para ajudar na busca ativa das famílias sem registro civil, identificação dos bolsões que possuem pessoas sem documentação no município, programar a realização de oficinas para capacitar a rede local de erradicação do sub-registro, assim como, estimular a participação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), nesse processo.

Ação: Concessão de Benefícios à Pessoa Acometida pela Hanseníase e Pessoas/Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária.

Produto: Pessoa beneficiada

	Dot. Atualizada	Reali	zado
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	2634 Un	2244 Un	85
Financeiro (R\$ 1,00)	18.903,77 MIL	16.573,25 MIL	88

Análise: Esta ação contempla o Benefício Eventual às pessoas/famílias em situação de Vulnerabilidade Temporária e calamidade pública e o Benefício Estadual às Pessoas Acometidas pela Hanseníase. É executada financeiramente pela UG FEAS, com recurso exclusivo do Tesouro Estadual. No que se refere à execução física, a meta se apresenta abaixo do previsto, e isso se deve ao fato da realização das revisões sociais necessárias ao controle dos critérios e condições para a concessão do auxilio e a continuidade à percepção do mesmo, permitindo que as inconsistências sejam corrigidas e os recursos devidamente aplicados. A ação alcança 100 municípios das 12 regiões de integração. A maior concentração de beneficiários está na região do Guajará, com 54%

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Benefício Eventual

Os Benefícios Assistenciais integram a Política de Assistência Social e são prestados de forma articulada por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços Socioassistenciais e de outras políticas setoriais, ampliando a proteção social e promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

No Estado do Pará esse benefício foi instituído pela Lei Estadual nº 7.789 de 09 de janeiro de 2014, com objetivo de atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, de calamidade pública e de situação de emergência, nos termos da Lei Federal nº 8.742/1993-LOAS.

A execução e a concessão do benefício são de responsabilidade da SEASTER, bem como o monitoramento e a avaliação dos processos e/ou relatórios sociais das famílias encaminhadas pela Gestão Municipal, cujos municípios tenham a situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo. Em 2016 foram concedidos 25 benefícios na Região do Guajará.

O repasse de renda diretamente ao cidadão e/ ou famílias afetadas pela emergência, garantida pelo Benefício Eventual, alcança o objetivo de minimizar as perdas e danos materiais enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo na reconstrução de sua vida cotidiana.

Benefício Estadual às Pessoas Acometidas pela Hanseníase

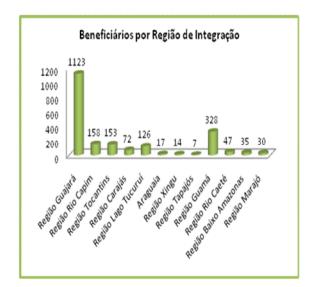
O Estado do Pará, com base na Lei Complementar 05/90, concede auxilio estadual ao hanseniano reconhecidamente pobre e incapaz para o trabalho. É direito garantido no Art. 318 da Constituição Estadual, e consiste no pagamento correspondente a 90% do menor salário atribuído ao servidor público do Estado.

Ao longo dos últimos anos, vem sendo implementadas ações de integração em parceria com os municípios, visando a inclusão no Cadastro Único dos beneficiários e suas famílias para garantir o acesso aos programas sociais e atividades econômicas, promovendo o protagonismo social.

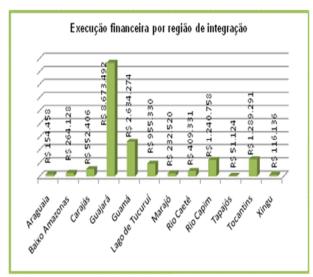
A atualização cadastral do benefício foi realizada em 83% dos municípios. Esta ação além do acompanhamento visa o controle dos recursos públicos permitindo que se avalie a continuidade das condições de acesso ao benefício, bem como a correção de distorções na própria concessão, manutenção ou cessação do benefício. Esta ação será concluída ainda este ano, cobrindo todo Estado.

O gráfico a seguir mostra a execução financeira e o número de beneficiários por região de integração, com destaque para região do Guajará com 53% do número de beneficiários, seguidos da região do Guamá, 16% e região Capim 7,0%.

Gráfico 04 e 05

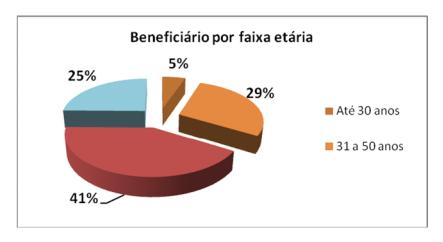


Fonte: GPPará/Outubro/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016



Fonte: GPPará/Outubro/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016 Em relação ao perfil desse beneficiário observa-se que a faixa etária de maior maior concentração está entre 51 a 70 anos, representando 41%, seguido da faixa de 31 a 50 anos, 29%.

Gráfico 06



Fonte: COBEN/BEPAH/2016

Elaboração: SEASTER/DRCCP/2016

Ação: Ações de atenção à pessoa idosa e suas famílias				
Produto: Idosobeneficiado				
Dot. Atualizada Realizado				
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	60 Un	0 Un	0	
Financeiro 262,86 MIL 89,52 MIL 34				
Análise:				

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

A ação acima se refere ao atendimento a ser realizado no Centro Estadual de Referência da Pessoa Idosa (CERPI), que se encontra em processo de readequação do projeto técnico pelo setor de engenharia da SEASTER. Quanto à execução financeira, os recursos alocados nessa ação foram usados para cobrir outras despesas, sem acarretar prejuízo ao desempenho da ação.

Ação: Ações de Enfrentamento à Violência Sexual e Trabalho Infantil			
Produto: Pessoa beneficiada			
	Dot. Atualizada Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	3529 Un	535 Un	15
Financeiro	629 , 38 MIL	372,50 MIL	59

Análise: Esta ação tem por objetivo assessoramento especializado aos profissionais que atendem às famílias vítimas de violência sexual e trabalho infantil. A execução financeira se dá por meio da UG FEAS, com recursos do Tesouro do Estado e do Governo Federal. A execução da meta física de 15% em relação à meta prevista demonstra baixa execução e deverá ser reavaliada para que sejam realizados os ajustes necessários.

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Foi realizado o Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente, com lançamento dos resultados do Monitoramento do Plano Estadual de enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e Oficina de Construção dos Planos Municipais. Teve como público alvo os trabalhadores do SUAS, conselheiros tutelares e de direitos, órgãos estaduais e a sociedade civil dos municípios das regiões do Rio Capim, Rio Caeté e Metropolitana. O evento ocorreu no auditório do Ministério Público do Estado no município de Belém, nos dias 24 e 25 de maio de 2016. Foram beneficiadas 150 pessoas, das quais 94 foram do município de Belém.

Outra importante ação foi a realização do I Encontro Estadual das Ações Estratégicas Intersetoriais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, com o tema: %Avaliando e Socializando Experiências+. Tendo como proposta capacitar, qualificar e socializar experiências dos técnicos de referência do PETI, gestores e profissionais da rede de proteção e sistema de garantia de direitos, e entidades da sociedade civil, para melhor executar as ações estratégicas, propostas no redesenho do PETI. O encontro contou com a participação de 67 municípios.

Em agosto deste ano foi lançado o Plano Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil, realizado pelo Fórum Paraense de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente no dia 29 de agosto de 2016, no auditório do Fórum Cível da capital. Com participação de 23 municípios de 10 regiões de integração.

Vale destacar a apresentação do trabalho intitulado: Serviço Social e Workshops do combate ao trabalho infantil . Dialogando para construir ações estratégicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento do trabalho infantil, elaborado a partir de uma experiência exitosa realizada pela SEASTER, no XV Congresso Brasileiro de Assistência Social (CBAS), realizado nos dias 5 e 9 de setembro de 2016, no Centro de Convenções de Olinda (PE), tendo como tema os % anos do Serviço Social no Brasil. a certeza na frente, a história na mão+.

Ação: Implementação de Ações de Alta Complexidade				
Produto: Pessoa atendida				
	Dot. Atualizada Realizado			
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	595 Un	478 Un	80	
Financeiro	12.607,73 MIL	12.607,73 MIL	90	

Análise: Esta ação tem por objetivo garantir proteção integral às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Atualmente mantém 08 abrigos, sendo 07 com execução direta e 01 na modalidade de convênio. Ação executada financeiramente pela UG FEAS, sendo 99% recurso do tesouro do Estado. A execução física com 80% de meta realizada em relação à meta prevista está dentro do planejado para a ação, tendo em vista que este é um serviço de retaguarda que deve ser usado em última instância.

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

No nível de proteção social especial de alta complexidade, estão tipificados os serviços de acolhimento institucional que visa garantir proteção integral às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

Na garantia desses direitos a SEASTER, mantém 08 abrigos, sendo 04 para mulheres vítimas de violência, nos municípios de Belém, Marabá, Santarém e Altamira, 02 para idosos em Belém, 01 para migrante em trânsito e 01 para crianças e adolescentes com síndrome neurológica, na modalidade de convênio com a entidade Francisco Peres (Hospital Pobres Servos da Divina Providência). São criancas e adolescentes acolhidas pelo Estado, em situação de abandono familiar e que pelo tipo complexo de síndrome que possuem, tem por parte da sociedade, algum tipo de rejeição para proceder à adoção.

Os abrigos de idosos atendem idosos com grau de dependência I, II e III, na sua maioria sem referência familiar. Cerca de 65% da demanda é oriunda do município de Belém. Esta situação gera dificuldade de redimensionamento do serviço para que este seja ofertado de maneira regionalizada atendendo a municípios de pequeno porte.

É importante destacar a importância de o Estado ampliar as discussões que extrapolem a centralidade na modalidade de abrigo institucional para os demais serviços tipificados, tendo em vista que a especificidade territorial do Estado gera demandas que não podem ser pensadas a partir de modelos gerais de alcance nacional.

O número total de acolhidos nessas unidades foi de **533 pessoas**. Sendo 50 na Unidade Lar da Providência (idosos), 42 na unidade Nosso Lar Socorro Gabriel (idosos), 140 no Abrigo Domingos Zaluth (migrantes), 42 no EAPE e 259 no abrigo de mulheres: Belém 111, Santarém 76, Marabá 51 e Altamira 21. Para este serviço, 99% do recurso é do Tesouro do Estado.

Ação: Implementações de Ações Integradas a Pessoa com Deficiência			
Produto: Pessoa atendida			
	Dot. Atualizada Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	60 Un	2022 Un	3370
Financeiro (R\$ 1,00)	354,48 MIL	224,67 MIL	63

Análise: Esta ação tem como objetivo promover ações de inclusão e acessibilidade voltadas à pessoa com deficiência. É executado pela UG FEAS, com recursos do Piso de Transição de Média Complexidade (PTMC), do MDSA. A execução financeira garante a manutenção e funcionamento do Centro Integrado de Inclusão e Cidadania, centro de referência estadual à pessoa com deficiência. A execução da meta física extrapolou consideravelmente em relação à meta prevista, o que aponta para a necessidade de ajustes para sanar essa disparidade.

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

As ações de atenção à pessoa com deficiência são efetivadas pelo Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CIIC), coordenado pela SEASTER, onde são garantidos serviços de forma integrada nas áreas de educação especial e esportiva odontologia especializada (SESPA). (SEDUC), cheque (SEASTER/COHAB), infocentro (SEASTER), além de um posto do SINE que

possibilita a intermediação de mão de obra e qualificação profissional (SEASTER) e uma Central de Interpretação de Libras (CILPA).

Cheque Moradia Especial

O Programa Cheque Moradia Especial foi instituído através do Decreto Nº 173 de 29 de agosto de 2011, executado pela SEASTER em parceria com a Companhia de Habitação do Pará (COHAB), tem como objetivo atender famílias da pessoa com deficiência na execução das obras e serviços de reformas e adaptações de suas unidades habitacionais residentes na Região Metropolitana de Belém, com prioridades para menor renda per capta dentro dos 03 salários mínimos e grau de complexidade da deficiência e maior número de beneficiários na família, particularmente envolvendo pessoa idosa.

A SEASTER mantém no centro um espaço permanente de acolhimento, atendimento e orientações aos beneficiários e sua família. De acordo com a entrevista realizada é feita a triagem e pré-cadastro das famílias que estão dentro do perfil do programa para agendamento da visita técnica da engenharia e serviço social. Essas visitas são realizadas por um Assistente Social e um Arquiteto visando uma avaliação social e habitacional para subsidiar a elaboração dos relatórios e o parecer técnico. A documentação e os relatórios são encaminhados a COHAB para avaliação dos dados, tendo em vista a concessão do Cheque.

A equipe técnica, durante o trabalho de visita social, identifica e articula o atendimento dessas famílias na rede de serviços socioassistenciais com o encaminhamento para os programas sociais, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Defensoria Pública, Delegacia da Mulher, Conselho Tutelar, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), associações, centros comunitários, dentre outros, conforme a situação de vulnerabilidade identificada. Até outubro do corrente, foram atendidas 05 famílias com cheque de 1ª etapa/revalidação e 207 de 2ª etapa.

Ação: Confinanciamento da Gestão e de Serviços Socioassistencial			
Produto: Município cofinanciado			
Dot. Atualizada Realizado			zado
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	121 Un	0 Un	0
Financeiro 9.908,53 MIL 2.444.494 MIL 27			
Análise:			

Fonte: GPPará/Outubro/2016

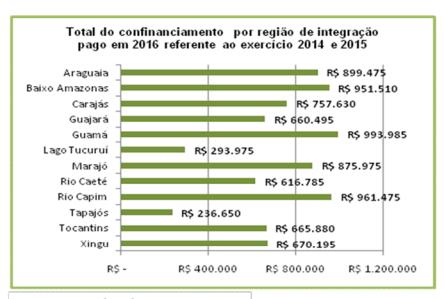
Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

A ação acima tem por objetivo cofinanciar por meio de transferência direta aos municípios, os serviços, programas e projetos de assistência social. A execução financeira desta ação é referente às parcelas do cofinanciamento de 2014 e 2015, o que explica ter execução financeira sem execução de meta física, para 2016.

O gráfico a seguir apresenta o total de recursos repassado aos municípios em 2016, referente ao cofinanciamento de 2014 e 2015, por região de integração, no nível da proteção social básica e proteção social especial, no total de **R\$ 8.584.000** (Oito milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil) . Os montantes são coerentes com os números de municípios cofinanciados por região.

Gráfico 07



Fonte: GPPará/DEZ/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

Ação: Apoio as Organizações não Governamentais Integrantes da Rede Socioassistencial			
Produto: Organização Apoiada			
	Dot. Atualizada Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	8	0	0
Financeiro (R\$ 1,00)	243,35 MIL	14,46 MIL	6
Análise:			

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

A ação acima está prevista para ser executada pela UG FEAS e SEASTER. Todavia, a realização de novos convênios com instituições não governamentais da rede SUAS, passa por um processo de discussão e reavaliação, tendo como parâmetro o marco legal.

Objetivo 03: Promover o acesso regular e permanente à alimentação adequada e de qualidade para as populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Ação: Implantação de Microssistemas de Abastecimento de Água			
Produto: Família Atendida			
Dot. Atualizada Realizado			
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	100 Un	1.419 Un	1419
Financeiro (R\$ 1,00)	7.391,67 MIL	1.090,60 MIL	15

Análise: Ação executada na UG SEASTER, tem como objetivo a promoção de acesso à água de qualidade para consumo humano e em quantidade suficiente, enquanto garantia de direito humano nas zonas rurais e ribeirinhas. Contempla 02 projetos: Projeto Qualidade da Água para o Consumo Humano - Águas do Marajó, com recursos somente do Tesouro Estadual, e Sistema de Aproveitamento de Águas Pluviais/ CISTERNAS, com recurso estadual e federal. A disparidade entre a execução das metas física e financeira explica-se pelo fato de a execução financeira refletir a meta pactuada para a implantação do número de equipamento e a física atende ao produto da ação, referindo-se ao número de famílias atendidas. Assim, a dotação da meta física será revista para sanar essas distorções.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Projeto Qualidade da Água para o Consumo Humano (Águas do Marajó):

A meta é implantar 100 % Inidades de Solução Alternativa Coletiva de Abastecimento e Tratamento de Água+, para promover o acesso à água de boa qualidade na produção de alimentos, a 3.752 famílias, com perfil Cadastro Único, de comunidades residentes nas áreas rurais e ribeirinhas dos municípios do Marajó. Em 2016 foram implantadas 19 unidades nos municípios de Bagre, Curralinho, Muaná e São Sebastião da Boa Vista, beneficiando 781 famílias.

Foram realizadas atividades de monitoramento e fiscalização nos municípios com objetivo de avaliar a qualidade do serviço no que se refere à construção das unidades de abastecimento de água, os impactos na qualidade de vida dos beneficiários e nas comunidades.

Atualmente o projeto encontra-se em fase de ajustes, com a finalidade de rever a concepção, metodologia e tecnologia, tendo em vista as condições de acesso às comunidades, de forma a promover uma execução mais eficaz e eficiente, com vistas ao alcance dos objetivos propostos.

Unidades de Solução Alternativa Coletiva de Abastecimento e Tratamento de Água



Municipío de Muaná Fonte: DISAN



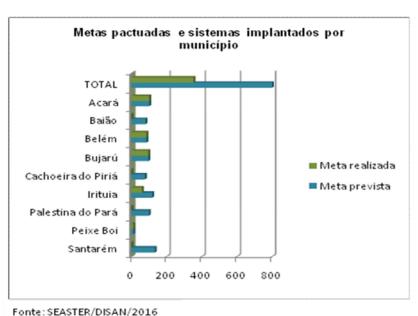
Municipio de Curralinho Fonte: DISAN

Projeto Sistema de Aproveitamento e Águas Pluviais/ CISTERNAS

Este projeto é executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário/MDSA por meio do Convênio Nº 059/2012 com recursos no valor de R\$ 4.237.193,00. Tem como finalidade a implantação de 800 tecnologias sociais de acesso à água potável em nove municípios, envolvendo um total de 43 (quarenta e três) comunidades rurais, num universo de 800 famílias que apresentam graves problemas de acesso à água potável, que se encontra em situação de vulnerabilidade social e que estão inseridas no Cadastro Único, especialmente, agricultores, pescadores e comunidades tradicionais, em situação de extrema pobreza.

O projeto vem sendo executado, com o alcance das seguintes etapas: 800 famílias mobilizadas e selecionadas, 800 famílias capacitadas em Gestão da Água e Recursos Hídricos e execução parcial com a construção de 353 sistemas, 45% da meta. O gráfico a seguir mostra a relação entre as metas pactuadas e realizadas por município.

Gráfico 08



Elaboração: SEASTER/NUPLAN

Se comparado ao ano anterior tivemos avanço na implantação desses sistemas. Em 2015 foram implantadas 96 cisternas e em 2016 foram 257, representado um avanço 33%.

Ação: Implantação de Equipamentos Públicos de SAN			
Produto: Unidade Implantada			
	Dot. Atualizada	Realizado	
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	2 Un	-	-
Financeiro (R\$ 1,00)	640,00 MIL	1,43 MIL	0

Análise: Esta ação atende a 02 convênios realizados entre a SEASTER e o MDSA: Restaurante Prato Popular e Banco de Alimentos. Ambos se encontram em processo de resoluções de pendências legais, a fim de serem tomados os devidos encaminhados.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

O Banco de Alimentos é uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar, com objetivo de articular o maior número possível de unidades fornecedoras de alimentos como produtores, supermercados, atacadistas, indústrias de alimentos e outros agentes, visando o recebimento de doações de alimentos em perfeitas condições de consumo humano, porém fora dos padrões comercialização, constituindo um equipamento público que integra a rede operacional do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Encontra-se em fase de retificação do Termo Aditivo ao Contrato de Comodato da área localizada na Central de Abastecimento do Pará (CEASA), área onde será implantado o Banco de Alimentos.

O Projeto Restaurante Popular após avaliação do Estado, que considerou entre outros fatores, a alteração na atual área do entroncamento e do entorno do empreendimento, onde o equipamento seria implantado, decidiu pela não renovação do Convênio com o MDSA.

Em relação às Cozinhas Comunitárias, serão concluídas as do município de Ulianópolis e Xinguara. Na cozinha de Rondon do Pará, será feito ajuste na rede elétrica para que os equipamentos sejam instalados e a mesma passe a funcionar.

Ação: Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo				
Produto: Família Atendida				
	Dot. Atualizada	Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	4.668 Un	339 Un	7	
Financeiro (R\$ 1,00)	2.419,25 MIL	582,07 MIL	24	

Análise: Ação executada pela UG SEASTER, com recursos do Governo Federal e contrapartida do Estado. Atende ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A execução física e financeira corresponde a somente 02 meses de execução do programa, tendo em vista que o mesmo iniciou em setembro deste ano.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

O Programa de Aquisição de Alimento (PAA) tem por objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

A execução do Programa iniciou-se em setembro deste ano atendendo 368 Agricultores Familiares, 49 Entidades Socioassistenciais, em 06 regiões e em 17 municípios. Como parte desse processo foi realizada a ‰ormação de gestores e técnicos para execução do Programa de Aquisição de Alimentos+, ocorrida no dia 30 de agosto de 2016, com a participação de representantes de 58 municípios, no total de 98 participantes. O evento teve como objetivo subsidiar os gestores e coordenadores municipais para a execução do Programa e assinatura do Termo de Compromisso.

Algumas dificuldades se apresentaram nesse processo, dentre estas, a situação referente às entidades socioassistenciais, vinculadas à proposta de participação do PAA, que não possuíam registro junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), o que ocasionou a desvinculação das mesmas, ocorrendo dessa forma uma redução da meta pactuada de 327 para 136.

Outro entrave refere-se ao pagamento dos agricultores devido a não atualização das agências bancárias existentes no município no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA), obrigando os agricultores a se deslocarem a outros municípios para obtenção do cartão de pagamento.

Dos 62 municípios habilitados a executar o Programa, os municípios de Belém, Marapanim e Trairão, ainda não assinaram o Termo de Compromisso, o que impossibilita o início do programa nesses municípios.

Destaca-se também o Projeto Intergeracional Horta no Lar E Cultivando Laços, que está sendo desenvolvido nos espaços ociosos do Abrigo Estadual de Idosos Lar da Providência.

O Projeto tem por objetivo proporcionar segurança alimentar e nutricional saudável, oportunizar de forma opcional atividades terapêuticas aos idosos, contribuindo na reabilitação físico-mental, ao mesmo tempo em que favorece a interação com a natureza e a sociedade.

O Projeto foi iniciado em setembro de 2016 em uma área de aproximadamente 330 m² com o semeio e plantio de espécies como: olerícolas (alface, cariru, chicória, cheiro verde, couve, feijão de metro, macaxeira, pepino, quiabo e vinagreira; ervam medicinais (cidreira, hortelazinho, manjericao, mastruz) e frutíferas (abacaxi, acerola, banana e mamão).

Projeto Intergeracional Horta no Lar – Cultivando Laços



Fonte: SEASTER/DISAN/2016



Fonte: SEASTER/DISAN/2016

Ação: Educação em	Segurança Allır	ientar e Nutricio	nai (SAN)

Produto: Pessoa Atendida

	Dot. Atualizada	Realizado	
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	974 Un	83 Un	1
Financeiro (R\$ 1,00)	518,37 MIL	152,57 MIL	29

Análise: Ação executada exclusivamente com recurso do Tesouro do Estado pela UG SEASTER. Tem como objetivo a realização de atividades de educação alimentar e nutricional através de ações permanentes, que altere hábitos alimentares e estimule a prática da alimentação adequada e saudável para melhoria da qualidade de vida, por meio de oficinas, seminários e palestras temáticas. A execução da meta física foi bem inferior a meta prevista e merecerá atenção para o ano seguinte.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Foram realizadas palestras sobre Manipulação de Alimentos e Aproveitamento Integral dos Alimentos no município de Belém com a participação de 09 pessoas e no município de Barcarena que envolveu a participação de 74 feirantes da Feira Pioneiros.

Ação: Manutenção de Equipamentos Públicos de SAN				
Produto: Equipamento Público Mantido				
	Dot. Atualizada	Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	3 Un	10 Un	333	
Financeiro (R\$ 1,00)	3.270,34 MIL	231,15 MIL	7	

Análise: Nesta ação os dados apresentados pelo sistema precisam ser corrigidos, pois pelo produto da ação temos 01 equipamento público mantido mensalmente, como o sistema está somando houve distorção na execução da meta física. Quanto à execução financeira se dá pela UG SEASTER, com recurso do Governo Federal e contrapartida do Estado.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Esta ação contempla o Restaurante Prato Popular, município de Belém, que serve 300 refeições diariamente, com total de 6000 ao mês. Estas são vendidas ao custo de R\$ 2,00 (dois reais). Trata-se de um Termo de Cooperação Técnica celebrado entre SEASTER e a Companhia Paraense de Refrigerante (COMPAR). Os dois outros equipamentos, que seriam as Cozinhas Comunitárias de Xinguara e Ulianópolis, ainda se encontram em construção.

Objetivo 04: Fortalecer a Gestão do SUAS, SISAN e SINASE

Ação: Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SISAN e SINASE			
Produto:			
	Dot. Atualizada	Realizado	
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	3.411 Un	802 Un	24
Financeiro (R\$ 1,00)	2.857,32 MIL	2.272,15 MIL	80

Análise: A ação tem por objetivo capacitar gestores, técnicos e conselheiros do Sistema Único de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. A execução financeira se dá por meio da UG FEAS, com recursos do tesouro do Estado e dos pisos e índices do MDSA. A execução financeira alcançou um percentual de 80% em relação ao recurso previsto. Sendo que 44% desse recurso foram usados para Despesas de Exercícios Anteriores, decorrentes de contingenciamentos orçamentários e financeiros em 2015. No tocante a execução física a meta realizada ficou abaixo da prevista, cuja avaliação levará a ajustes necessários para o próximo exercício.

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

No âmbito da política de assistência social as capacitações têm foco na Educação Permanente de gestores, conselheiros e trabalhadores da Rede SUAS (pública e privada), assim como nas formações para gestores, técnicos e operadores para operacionalização dos Benefícios e Programas de Transferência de Renda (Cadastro Único e Programa Bolsa Família).

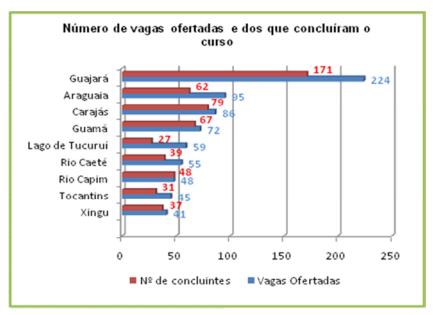
Capacitações

Realizada oficina com o tema 🐿 acompanhamento familiar como estratégia de prevenção às situações de vulnerabilidade e risco social+, destinada aos técnicos de CRAS, CREAS e educadores sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o aprimoramento das ações de acompanhamento familiar e atendimento de indivíduo e público prioritário na perspectiva da prevenção e enfrentamento às violações de direitos. Foram convidados 21 municípios, destes, participaram 19, o que corresponde a 90,5% de adesão, com participação de 48 profissionais, de 10 regiões de integração.

Programa CapacitaSUAS

O Programa CapacitaSUAS tem como objetivo capacitar profissionais e gestores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e vem sendo executado em parceria com a Escola de Governança do Estado do Pará (EGPA). Em 2016 foram ofertadas 725 vagas, sendo capacitadas 561 trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, alcançando 73 municípios de 09 regiões de integração. O curso ofertado foi *Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Brasil sem Miséria.* O gráfico a seguir mostra o total de vagas ofertadas e o número dos que concluíram o curso por região de integração.

Gráfico 09



Fonte: SEASTER/DAS/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

Formação de Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família

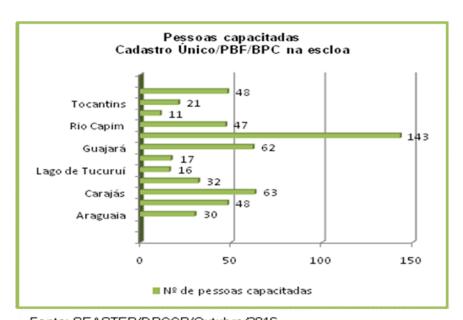
As capacitações do Cadastro Único e Programa Bolsa Família estão previstas no Plano de Treinamento Estadual de 2016, pactuado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), deliberado e aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Resolução nº 07 de 2016.

As Capacitações de Gestão do Cadastro Único e PBF são realizadas de forma continuada e sistemática de acordo com as demandas apresentadas pelos

municípios, para gestores, coordenadores e técnicos municipais da assistência social, responsáveis pela operacionalização do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, e tem o objetivo de habilitá-los no gerenciamento dessas atividades, fortalecendo procedimentos operacionais no encaminhamento das famílias à rede de serviços socioassistenciais, considerando suas especificidades e demandas.

Estas foram realizadas de forma regionalizada em 05 polos: Belém, Marabá, Santarém, Redenção e Altamira, considerando a proximidade e o deslocamento das equipes técnicas municipais. O gráfico a seguir mostra os dados referentes ao número de pessoas que participaram dessas capacitações.

Gráfico 10

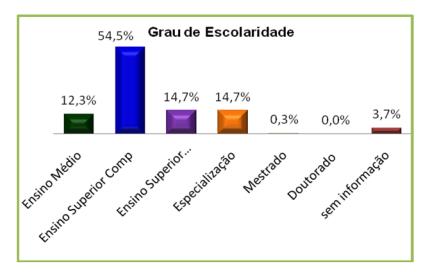


Fonte: SEASTER/DRCCP/Outubro/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

No processo de mobilização e realização das ações de capacitação e eventos do PBF, é identificado o perfil dos participantes indicados pelos municípios. Essas informações são relevantes, pois indicam tanto o comprometimento da gestão na continuidade dos serviços, assim como, apontam as fragilidades na gestão.

No que se refere à escolaridade os dados mostram que 54.5% dos participantes das atividades acima referidas possuem nível superior, deste total 7% tem especialização, sendo muito baixo o número dos que tem mestrado, 0,3%. Conforme descrito no gráfico abaixo.

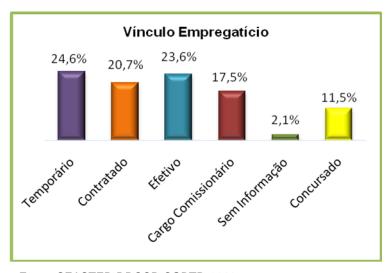
Gráfico 11



Fonte: SEASTER-DRCCP-CGBTR-2016. Elaboração: SEASTER/DRCCP/2016

Quanto ao vínculo empregatício, somados os valores de temporários e contratados, o percentual chega a 45%, enquanto efetivos e concursados 35%. Veja gráfico a seguir.

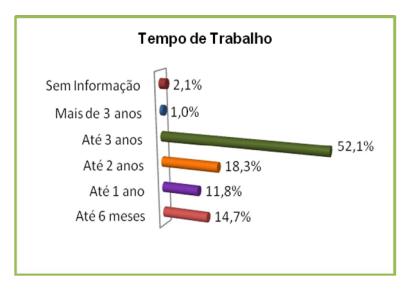
Gráfico 12



Fonte: SEASTER-DRCCP-CGBTR-2016. Elaboração: SEASTER/DRCCP/2016

Quanto ao tempo de serviço, embora a maioria dos participantes esteja à frente das ações até 03 anos, o percentual de 26,5% daqueles que estão até um ano, é significativo da rotatividade das equipes na execução das ações. Dados no gráfico abaixo.

Gráfico 13



Fonte: SEASTER-DRCCP-CGBTR-2016. Elaboração: SEASTER/DRCCP/2016

Ação: Realização de Vigilância Social e Gestão do Trabalho				
Produto: Município Apoiado				
	Dot. Atualizada Realizado			
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	136 Un	142 Un	104	
Financeiro (R\$ 1.00)	221.60 MIL	132.87 MIL	60	

Análise: Esta ação tem por objetivo o monitoramento e assessoramento técnico aos municípios do Estado para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social e a consequente melhoria na prestação dos serviços socioassistenciais. A Execução financeira se dá pela UG FEAS, contemplando recursos do tesouro do Estado e do IGD-SUAS E IGD-PBF/MDSA. No que se refere à execução física é importante destacar que dos 142 municípios alcançados por essa ação 25% (36 municípios) foram monitorados e assessorados in loco. Tendo em vista o impacto direto dessa atividade na qualidade dos serviços ofertados pelo município, identifica-se a necessidade de fortalecer essas ações in loco junto à gestão municipal.

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Conforme define a NOB/SUAS/2012, no modelo descentralizado de gestão é responsabilidade do Estado realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em sua esfera de abrangência e assessorar os municípios para seu desenvolvimento.

O monitoramento é realizado in loco e online por meio de ferramentas de informação:

Sistemas da Rede SUAS (federal)

- Módulo Í Acompanhamento dos Estadosí, que é uma ferramenta que possibilita o registro das informações sobre o processo de acompanhamento e apoio técnico por parte dos Estados aos Municípios. (www.mds.gov.br)
- Censo SUAS: processo de monitoramento que coleta dados por meio de um formulário eletrônico preenchido pelas Secretarias e Conselhos de Assistência Social dos Estados e Municípios.
- SISC: se destina ao acompanhamento e gestão do Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (SCFV). SCFV é o serviço realizado em grupos de acordo com o ciclo de vida de seus usuários e organizado a partir de percursos. É complementar ao trabalho do PAIF e busca prevenir a ocorrência de situações de risco social;
- RMA: Relatório Mensal de Atendimento, Sistema onde são registradas informações sobre as famílias atendidas nos CRAS e CREAS.

Sistema Estadual Informatizado de Assistência Social

- REDE SUAS/ PARÁ: Sistema de Informação no âmbito do SUAS no Estado do Pará, administrado pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda;
- Aplicativo CADSUAS PARÁ: comporta todas as informações cadastrais dos órgãos gestores de Assistência Social, das unidades prestadoras de serviços socioassistenciais, dos fundos de Assistência Social, dos Conselhos de

Assistência Social e dos trabalhadores e conselheiros que atuam no âmbito do SUAS no Estado do Pará.

Assessoramento do Cadastro Único, Programa Bolsa Família e BPC

O assessoramento técnico continuado à gestão municipal do Cadastro Unico e Programa Bolsa Família é realizado nos municípios que apresentaram dificuldades operacionais, tais como: baixos índices de acompanhamento dos beneficiários nas condicionalidades de saúde, educação e assistência social; conselho gestor desarticulado e gestão deficitária; municípios prioritários com dificuldade de gestão e aqueles com dificuldades de recebimento de recursos financeiros de apoio à gestão (IGD-BF).

Projeto de Apoio Técnico Integrado (PROATEI)

O Projeto de Apoio Técnico Integrado (PROATEI) foi elaborado no ano de 2011 com o objetivo de prestar apoio técnico integrado às gestões municipais que apresentam índices de gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa família (PBF), inferiores aos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A execução das ações se dá por meio de visitas técnicas aos municípios em parceria com a SESPA e a SEDUC.

A execução do projeto PROATEI tem resultado na melhoria e fortalecimento das gestões municipais do Cadastro Único e do PBF. Estes avanços foram identificados nos municípios visitados, em destaque Capitão Poço e Nova Esperança do Piriá em que foi possível realizar mais de um assessoramento, contribuindo na melhoria no atendimento, proporcionando um atendimento humanizado e inicial na identificação dos riscos sociais e pessoais das famílias e pessoas beneficiárias, intersetorialidade das secretarias de assistência social, saúde e educação no cumprimento das condicionalidades, fortalecimento da parceira com o controle social no processo de identificação das famílias e de fiscalização das ações do cadastro único e PBF e processo de prestação de contas sem problemas.

Neste ano, o PROATEI é finalista na categoria Estratégias de qualificação e fortalecimento do Cadastro Único, do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social . Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que objetiva identificar e premiar práticas bem-sucedidas e inovadoras na gestão do Cadastro Único nos municípios, estados e no Distrito Federal.

A SEASTER tem estimulado a participação dos municípios paraenses no referido prêmio, contribuindo para que o Estado tivesse o maior número de municípios inscritos e 02 indicados como finalista: Santarém, também na categoria Estratégias de Qualificação e Fortalecimento do Cadastro Único e Muaná na categoria Cadastro Único e Diversidade Social, com a prática Equipe Itinerante: 28 de maio no Território das águas.

As ações de monitoramento e assessoramento técnico continuado aos municípios, contribuem para o fortalecimento da gestão municipal, os avanços dos indicadores de gestão e consequente aperfeiçoamento do SUAS no Estado.

Ação: Apoio a Organismos de Controle Social				
Produto: Organismo apoiado				
	Dot. Atualizada Realizado			
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	10 Un	50 Un	500	
Financeiro (R\$ 1,00)	849,26 MIL	759,62 MIL	89	

Análise: Nesta ação os dados apresentados pelo sistema precisam ser corrigidos, pois como se trata de conselho estadual a estrutura não pode se dar pela soma, haja vista que a SEASTER nesse programa tem 05 Conselhos vinculados, sendo 03 executados pela UG FEAS e 02 pela UG SEASTER. Assim, a meta física executada apresentada no sistema está absolutamente distorcida. Quanto à execução financeira mostra-se compatível com despesas necessárias a manutenção e funcionamento dos Conselhos Estaduais

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Esta ação atende ao objetivo de consolidar o processo político de controle social por meio das representações que fazem parte dos conselhos, proporcionando condições de acompanhamento, monitoramento e avaliação, pela sociedade, das ações, desdobramentos e impactos das políticas públicas desenvolvidas institucionalmente. Os conselhos vinculados à SEASTER são: Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDPI), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDPD), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEANS).

Ação: Observatório da Vulnerabilidade e Risco Social				
Produto: Relatório Gerado				
	Dot. Atualizada Realizado			
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	1 Un	1 Un	100	
Financeiro (R\$ 1,00)	25,00 MIL	0	0	

Análise: Esta em fase final de elaboração o relatório sobre o atendimento à mulher por meio da rede de serviços socioassistenciais no Estado do Pará. A seguir alguns dados que serão apresentados no relatório.

Fonte: GPPará/Outubro/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

O relatório trará a análise do atendimento à mulher, no Estado do Pará, a partir dos dados registrados pela rede de serviços socioassistenciais, tem como objetivo identificar esse atendimento à mulher em situação de violência intrafamiliar e estabelecer um comparativo entre as proteções especial e básica, buscando fortalecer o fluxo de demandas e outros aspectos referentes à condição da mulher, usuária da Política de Assistência Social¹ em nosso estado.

Para elaboração do relatório foram extraídas informações sobre o registro de atendimento à mulher adulta em situação de violência doméstica e sexual nos serviços ofertados pela proteção social especial de média e alta complexidade: em relação à PSE/MC foi usado o Registro Mensal de Atendimento/CREAS², sistema alimentado mensalmente pela gestão dos serviços socioassistenciais nos municípios, no site do MDS; em relação à PSE/AC, foram sistematizados dados obtidos junto aos registros do Abrigo Estadual de Mulheres.

¹Constitui público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida;...; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;...; PNAS,

² CREAS: unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Ver Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social, 2011, 08.

Conforme os registros extraídos junto ao RMA/CREAS, 1.027 mulheres em situação de violência intrafamiliar foram atendidas em todo o estado do Pará no âmbito da política de assistência por meio dos serviços de proteção social especial de média complexidade no ano de 2015. Com relação ao registro de informações da proteção social básica, foram registradas a inserção de 413 mulheres em situação de violência e abuso e exploração sexual nos serviços de convivência/SISC, representando 40% do total.

Ressaltamos que em duas regiões o número de inserção nos serviços de convivência foi maior que os atendimentos realizados pela proteção social especial, o que denota a necessidade de aprofundar o debate com os municípios acerca do fluxo entre as proteções.

Com relação aos dados sistematizados junto à Coordenadoria Estadual de Proteção Social Especial de Alta Complexidade/Abrigo Estadual da Mulher, detectamos o atendimento a 25 mulheres no ano de 2015.

PROGRAMA TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Indicadores:

- Incremento do emprego forma de jovens (18 a 29 anos)
- Taxa de Aproveitamento de pessoas com deficiência encaminhadas ao mercado de trabalho
- Taxa de Aproveitamento dos trabalhadores encaminhados ao mercado de trabalho

No Programa Trabalho, Emprego e Renda são executadas 10 Ações dentro de 02 objetivos. Todas as ações são executadas pela UG SEASTER. A execução financeira do Programa foi de R\$ 6.377,006 (seis milhões, trezentos e setenta e sete mil e seis reais), desse montante 88% foi recurso do tesouro do Estado. O gráfico a seguir mostra os dados origem de recurso.

Gráfico 14



Fonte: B.O (BusinessObjects)/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

As metas de PPA apresentaram baixa execução em todas as regiões de Integração. Está prevista execução em 2017 e também revisão para o exercício de PPA 2018/2019.

Objetivo 01: Fomentar a Economia Solidária e o Empreendedorismo.

Ação: Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos					
Produto: Empreendedor Atendido					
Dot. Atualizada Realizado					
	OGE/2015	Abs.	%		

Dot. Atualizada	Realizado	
OGE/2015	Abs.	%
3825 Un	988 Un	26
1.690,26 MIL	914,42 MIL	54
	OGE/2015 3825 Un	OGE/2015 Abs. 3825 Un 988 Un

Análise: Ação tem como objetivo assessorar e monitorar trabalhadores da Economia Solidária e Empreendedorismo Individual e Coletivo. É executada pela UG SEASTER, com recurso do Tesouro Estadual. Os dados de execução da meta física sofrerão ajustes tendo em vista a finalização de ações que serão monitoradas.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Destaca-se nessa ação o assessoramento para a melhoria do processo da produção artesanal e preparação dos artesãos e trabalhadores manuais para participação em eventos/feiras estadual e nacional, orientando-os quanto ao processo de habilitação aos editais de chamamento público destas feiras, assim como, sobre as normas e diretrizes da Coordenação Estadual do Artesanato (CEES) e do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), visando o reconhecimento profissional do trabalhador enquanto artesão ou trabalhador manual e sobre aspectos referentes a qualidade e regionalidade do produto.

Também foi realizado assessoramento a Gestores Municipais de 33 municípios com apresentação das ações do Programa Trabalho Emprego e Renda no âmbito das políticas de empreendedorismo, economia solidária e artesanato, mapeamento dos empreendimentos individuais e coletivos no município, mapeamento de artesãos e trabalhadores manuais, levantamento das ações municipais de fomento ao empreendedorismo, artesanato e qualificação profissional.

Realizada a % ficina Regional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária+, em parceria com a UNITRABALHO com o objetivo de proporcionar a formação e informação para gestores, de intercâmbio de experiências, de fortalecimento destas políticas no estado e seus municípios e de fortalecimento político e institucional da Rede de Gestores, nos âmbitos estadual, regional e nacional.

Ação: Apoio a Unidades Produtivas				
Produto: Unidade produtiva Apoiada				
Dot. Atualizada Realizado			zado	
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	15 Un	5	33	
Financeiro (R\$ 1,00)	1.256,03 MIL	380,05 MIL	30	

Análise: Ação executada pela UG SEASTER, com recurso do governo federal. Encontra-se em plena execução, tendo iniciado a Capacitação Profissional para 134 catadores e catadoras de materiais recicláveis e utilizáveis do Projeto Pro Catador- Ativação Pará, dos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Planejamento e execução das ações envolvendo etapas do planejamento do projeto Pró Catador, com o objetivo de implantar oito unidades produtivas (Centro de Triagens), nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Bragança, Paragominas, Abaetetuba e Santarém. A ação utiliza como estratégia de articulação e parcerias, o Comitê Interinstitucional para Inclusão Social Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC).

Realização do Encontro dos Catadores e Catadoras da Amazônia Legal (ECAL), evento promovido pela Regional Pará do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), realizado nos dias 24, 25 e 26 de fevereiro de 2016, em Belém do Pará, e contou com a participação de estados componentes da Amazônia Legal (AM, AC, MA, MT, PA, RR e TO), cujo objetivo foi promover o intercâmbio entre os catadores e as catadoras que compõe os nove estados da Amazônia Legal, organizados em redes, cooperativas e associações, bem como pensar estratégias para a mobilização dos catadores que ainda estão em situação de lixão e atuando de maneira informal nas ruas dos municípios dos estados da Amazônia Legal.

Foi iniciada a Capacitação Profissional para **134** catadores e catadoras de materiais recicláveis e utilizáveis do Projeto Pro Catador- Ativação Pará, dos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides.

Ação: Apoio a Abertura e Fortalecimento de mercados				
Produto: Empreendimento Atendido				
	Dot. Atualizada Realizado			
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	3300 Un	243 Un	7	
Financeiro (R\$ 1,00)	360,00 MIL	290,32 MIL	81	

Análise: Ação executada pela UG SEASTER, com recurso do Tesouro Estadual. O percentual de 81% de execução financeira teve 37% de DEA decorrentes de contingenciamento de recursos financeiro no ano de 2015.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Foram desenvolvidas atividades de apoio aos trabalhadores da Economia Solidária e Empreendedorismo, na divulgação e comercialização dos produtos, por meio de visitas técnicas para a mobilização e levantamento de informações dos artesãos e trabalhadores manuais; apoio na participação dos artesãos em feiras nacionais promovidas pelo Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), na seleção e organização de entidades representativas de artesãos ou trabalhadores manuais individuais, por meio de chamamento público, assim como, organização, coordenação e execução de feiras local e estadual, além de avaliação e seleção das peças a serem expostas pelos artesãos e trabalhadores manuais (curadoria).

Mobilização e organização dos artesãos e trabalhadores manuais para participação na XVII FENEARTE, no período de 7 a 17 de julho de 2016, no Centro de Convenções em Olinda/PE, que oportunizou uma ampliação de mercado para escoamento da produção artesanal, revelando modos e processos produtivos dos artesãos, bem como manter vivos os valores da tradição cultural.

Para transparência do processo foi realizado Chamamento Público que avaliou produtos de 31 artesãos/Trabalhadores Manuais, dos municípios de Belém,

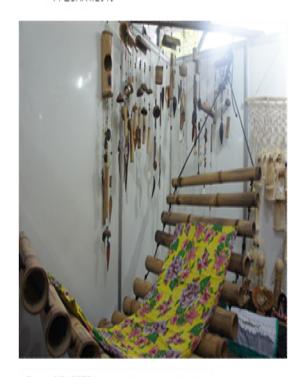
Abaetetuba, Oeiras do Pará e Salinópolis. A participação no evento beneficiou diretamente 30 artesãos e indiretamente 101 empreendedores. O número de peças comercializadas totalizou 24.664 e alcançou um faturamento de R\$ 113.413,00, com perspectivas futuras de negócios.

O mesmo procedimento foi utilizado para participação na 1ª Feira Brasil Original, no período de 20 a 23 de outubro de 2016, no Centro de Exposições do Anhembi, São Paulo, organizando 12 artesãos de entidades representativas e artesãos individuais ou MEI dos municípios de Ananindeua, Belém, Castanhal e Abaetetuba. A participação no evento beneficiou diretamente 37 artesãos e indiretamente 185 empreendedores. O número de peças comercializadas totalizou 20.605 e alcançou um faturamento R\$ 148.052,00, mantendo-se a perspectivas de futuros negócios.

A realização da V Feira do Artesanato Paraense (FESARTE), visa fomentar e apoiar o artesanato do Estado do Pará, através de atividades de qualificação profissional, incentivos à produção artesanal, abertura de novos mercados para comercialização e valorização da cultura local. Promovendo a melhoria da competitividade do produto artesanal paraense e da capacidade empreendedora do artesão, para maior inserção do artesanato brasileiro nos mercados nacionais e internacionais. Contou com a participação dos artesãos/trabalhadores manuais de diferentes regiões do estado do Pará, que passaram pela curadoria (análise e seleção das peças a serem expostas).

A Feira foi realizada no período de 15 a 18 de dezembro, beneficiou 786 artesãos de 21 municípios do Estado. Foram comercializadas 5.647 peças, com receita de R\$ 91.618,50 (noventa e um mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta centavos).

V FESART/2016





Fonte: SEASTER/Assessoria de comunicação

Objetivo 2: Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho

Ação: Qualificação Social e Profissional				
Produto: Pessoa Qualifica	da			
	Dot. Atualizada Realizado		do	
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	5.826 Un	1.120 Un	19	
Financeiro (R\$ 1,00)	3.969,65 MIL	3.471,27 MIL	87	

Fonte: GPPará/OUT/2016

As ações de qualificação social e profissional ocorreram, não só por meio de cursos de Formação Inicial Continuada previsto no Programa Qualifica Pará e aqueles provenientes de Emendas Parlamentares, como também por meio de palestras e seminários voltados ao público prioritário tais como os da Economia Solidária e Empreendedorismo, pessoas com deficiência etc, buscando contribuir de modo significativo para a inserção e reinserção de jovens e adultos no mundo do trabalho.

As metas físicas contabilizadas no PPA para 2016 referem-se somente ao Programa Qualifica Pará cujo cronograma sofreu um grande atraso por motivos diversos. No momento, três entidades executoras selecionadas por meio de licitação pública Instituto Vitória Régia (IVR); Associação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (ABRADESA) e a Sociedade de Meio Ambiente de Educação e Cidadania (SOMEC), já iniciaram suas atividades previstas para atender, em 25 municípios paraenses, 1.480 pessoas.

Sendo assim, embora com alguns cursos já em andamento com finalizações previstas ainda para 2016, a maior parcela da meta programada só se realizará no início de 2017.

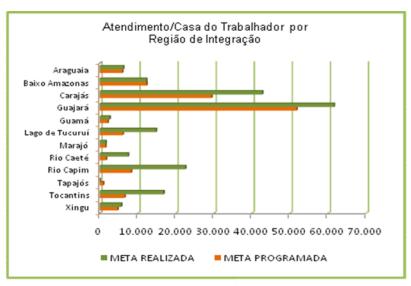
Ação: Implementação da Casa do Trabalhador				
Produto: Trabalhador atendido				
	Dot. Atualizada	Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	131.076 Un	193.908 Un	148	
Financeiro (R\$ 1,00)	981,57 MIL	845,21 MIL	86	

Análise: Esta ação tem por objetivo promover o atendimento integrado ao trabalhador desempregado por meio das acões desenvolvidas no âmbito do Sistema Público de Emprego. Executada pela UG SEASTER, com recurso do Tesouro do Estado. A execução da meta física extrapolou a meta prevista refletindo a situação instável no mercado de trabalho no Estado.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Na Implementação da Casa do Trabalhador foram atendidos 193.908 trabalhadores pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) atuando em 30 municípios no Estado do Pará. O gráfico a seguir mostra o alcance da metas por região de integração.

Gráfico 15



Fonte: SEASTER/DTE/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

Ação: Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho				
Produto: Pessoa com Deficiência Colocada				
	Dot. Atualizada	Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	388 Un	1.237 Un	319	
Financeiro (R\$ 1,00)	55,00 MIL	14,68 MIL	27	

Análise: O objetivo desta ação é oportunizar a pessoa com deficiência inserção no mundo do trabalho, com atendimento no Balcão do SINE, instalado no CIIC, em Belém. É executada na UG SEASTER, com recurso do Tesouro do Estado.

Fonte: GPPará/OUT/2016

A base legal que norteia o trabalho da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é a Lei nº 8. 213, de 24 de julho de 1991, também conhecida como Lei de Cotas, que torna obrigatória a contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas profissionalmente, por todas as empresas que tenham 100 ou mais empregados.

O Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, vem complementar a lei acima definindo o conceito de pessoa com deficiência para o cumprimento da Cota. Assim, a intermediação desse trabalhador para o mercado formal, atende o que especifica a Lei, indo ao encontro das necessidades das empresas que necessitam cumprir o percentual exigido em lei.

Atualmente, apenas o município de Belém conta com esse serviço, por meio do Balcão do SINE, instalado no CIIC. Em 2016 foram realizados atendimentos diversos, envolvendo atividades como: pesquisa de vagas, atualização de cadastro, orientação básica para processo seletivo, orientação para renovação de laudo médico, orientação para expedição de documentos, orientação sobre benefícios, atendimento individualizado nas situações/problemas identificadas na relação de trabalho, informações e orientações a respeito da Lei de Cotas, encaminhamentos para a rede pública de assistência social e saúde. Houve a contratação de 315 trabalhadores.

Ação: Intermediação de mão de obra				
Produto: Trabalhador colocado				
	Dot. Atualizada	Dot. Atualizada Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	13.021 Un	2.672 Un	21	
Financeiro (R\$ 1,00)	80,22 MIL	0	0	

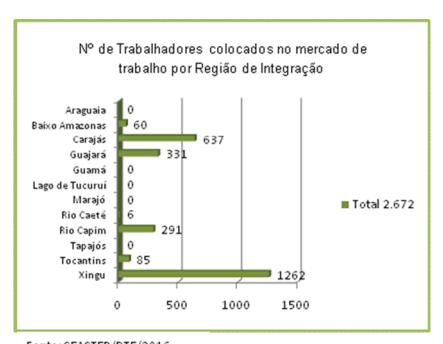
Análise: Esta ação tem como objetivo colocar e recolocar o trabalhador no mundo do trabalho. O lócus de atuação são os 41 postos do SINE, existentes em 34 municípios paraenses.

Fonte: GPPará/OUT/2016

A intermediação da mão de obra (IMO), enquanto política pública de emprego tem importância estratégica na medida em que contribui para uma maior estruturação do mercado de trabalho. É uma política que %promove benefícios para o desempregado, a empresa e a sociedade no momento em que o preenchimento de uma vaga é efetuado no menor tempo, com o menor custo e melhor qualidade+ (CACCIAMALI, Maria Cristina. As políticas ativas de mercado de trabalho no MERCOSUL, 2005).

Além disso, a IMO possui um papel integrador, ou seja, dispõe de potencial para integrar as demais PE¢s. É por meio da intermediação que se pode integrar, por exemplo, o benefício do seguro-desemprego com a qualificação profissional, ou os programas de geração de renda com a orientação profissional. O *lócus* de atuação dessa política são os 41 postos do SINE, existentes em 34 municípios paraenses. O total de trabalhadores colocados foi de 1.633, conforme gráfico abaixo.





Fonte: SEASTER/DTE/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

Ação: Monitoramento do Trabalho e Renda no Pará				
Produto: Relatório gerado				
	Dot. Atualizada Realizado			
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	2	3	150	
Financeiro (R\$ 1,00)	150,00 MIL	117,95 MIL	79	

Análise: Ação com objetivo de promover conhecimento do mundo do trabalho, como suporte às políticas de trabalho, emprego e renda e vem sendo realizada em parceria com a FAPESPA e o DIEESE. Ação executada na UG SEASTER, com recurso do Tesouro do Estado.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

Num ambiente de rápidas transformações que caracterizam atualmente o mundo do trabalho, não há como prescindir de uma boa base de dados, como forma de garantir tomadas de decisão em bases mais técnicas a partir da simulação de cenários futuros consistentes, estabelecimento de metas realistas, definição de prioridades, entre outros. Daí a importância de sistematizar e produzir informações sobre trabalho e emprego, para subsidiar as ações da SEASTER voltadas a inserção e reinserção de trabalhadores em atividades produtivas, além de contribuir para a integração das políticas públicas de emprego, em especial aquelas que compõem o tripé do Programa Seguro-Desemprego: habilitação ao seguro desemprego, qualificação social e profissional e a intermediação de mão de obra.

Nesse sentido, a sistematização de dados acessados de fontes oficiais como o Ministério do Trabalho, o MDS e o IBGE, possibilita a elaboração de mapas de indicadores socioeconômicos por municípios e região de integração bem como o acompanhamento do comportamento do mercado de trabalho local e nacional, cuja análise com base nos dados da RAIS e CAGED, vem sendo feita em parceria com a FAPESPA e o DIEESE.

Convém ressaltar o avanço da SEASTER na produção e sistematização de informações próprias com a criação de bancos de dados em Access para o monitoramento das ações de Economia Solidária e Empreendedorismo bem como da Qualificação Social e Profissional, a partir dos quais são gerados e acompanhados os indicadores de processo e de resultado.

Ação: Operacionalização do Seguro Desemprego				
Produto: Trabalhador Atendido				
	Dot. Atualizada	Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	69.940 Un	64.601 Un	92	
Financeiro (R\$ 1,00)	45,47 MIL	13,47 MIL	30	

Análise: Esta ação tem como objetivo habilitar o trabalhador ao benefício do Seguro Desemprego e, assim como a Intermediação de mão de obra, o lócus de atuação dessa política são os 41 postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE), existentes em 30 municípios paraenses.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

O seguro desemprego é um benefício integrante da Seguridade Social garantido pelo artigo 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente e àquele comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análogo a de escravo. A exemplo da Intermediação de mão de obra, o lócus de atuação dessa política são os 41 postos do SINE. O gráfico a seguir mostra a distribuição por região de integração.

Gráfico 17



Fonte: SEASTER/DTE/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

Produto: Instituição Apoiada

	Dot. Atualizada	Realizado	
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	02	04	200
Financeiro (R\$ 1,00)	50,00 MIL	1,55 MIL	3

Análise: Nesta ação os dados informados pelo sistema apresentam distorções da meta física. A estrutura do sistema consolida pela soma, todavia, o produto atendido na ação é referente às mesmas instituições: Comissão Estadual de Emprego e Conselho Estadual de Economia Solidária, isso posto, a meta realizada são 02 instituições apoiadas.

Fonte: GPPará/OUT/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN/2016

Análise detalhada da Ação por Região de Integração

As políticas de Trabalho, Emprego e Renda desenvolvidas pela SEASTER, contam com duas instituições criadas com a finalidade de participar das definições dessas ações bem como do acompanhamento e avaliação de suas implementações. Nesse aspecto, conta-se com a Comissão Estadual de Emprego e com o Conselho Estadual de Economia Solidária.

O primeiro desenvolveu suas atividades básicas conforme o Regimento, com reuniões ordinárias sendo realizadas mensalmente. Quanto ao Conselho Estadual de Economia Solidária, não foi registrada qualquer atividade em 2016, em virtude de que após a reforma da estrutura administrativa do estado através da Lei Nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, ter surgido à necessidade de propor uma nova composição do Conselho Estadual de Economia Solidária, nas representações do poder público, a qual se encontra atualmente sob análise da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

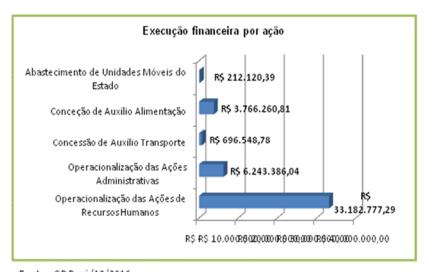
PROGRAMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No Programa Educação Profissional e Tecnológica, a SEASTER tem sob sua responsabilidade 02 ações: Qualificação Profissional às Potencialidades Locais e Apoio a Programas Interintitucionais Voltados para Educação Profissional e Tecnológica. Estas Ações não tiveram execução física nem financeira e se encontram em processos de ajustes para 2017.

PROGRAMA MANUTENÇÃO DA GESTÃO

Programa executado por meio da UG SEASTER, utilizando 100% de recursos do tesouro do Estado. A execução financeira alcançou um percentual de 73% em relação ao recurso previsto, distribuídos nas ações: *Abastecimento de unidades Móveis do Estado*, *Operacionalização de Ações Administrativas*, *Operacionalização de Ações de Recursos Humanos*, *Concessão de Auxílio Alimentação e Concessão de Auxílio Transporte*.

Gráfico 18



Fonte: GP Pará/12/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

PROGRAMA GOVERNANÇA PARA RESULTADOS

Ação: Implantação da Rede de Ouvidoria			
Produto: Atendimento Realizado			
	Dot. Atualizada	Realizado	
	OGE/2015	Abs.	%
Físico	20 un	37	185
Financeiro (R\$ 1,00)	20,00 MIL	-	0
Análise:			

Fonte: GP Pará/Out/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

A Ouvidoria da SESTER é uma unidade administrativa prevista na estrutura organizacional da Secretaria. Têm como objetivo oportunizar aos cidadãos, usuários e servidores desta Secretaria, sob a ótica da transparência, meios de acesso junto à instituição que possibilite conhecer e reclamar direitos, contribuindo para o aprimoramento da gestão Institucional.

A Ouvidoria coloca à disposição dos servidores e aos usuários da assistência social um espaço para manifestação, reclamação, sugestões, denúncias e/ou elogios, relacionados aos serviços que são oferecidos pela instituição. Do total de atendimentos 91% foram solicitações de informações.

Ação: Descentralização de serviço Público				
Produto: Serviço Implantado				
	Dot. Atualizada	Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	5 un	1	20	
Financeiro (R\$ 1,00)	443,00 MIL	-	0	

Análise: Esta ação não teve execução financeira, tendo em vista, que o aluguel do imóvel onde funciona o serviço ter sido executado dentro do Programa Manutenção da Gestão por meio da Ação Operacionalização das Áções Administrativas.

Fonte: GP Pará/Out/2016 Elaboração: SEASTER/NUPLAN

A ação tem por objetivo descentralizar a gestão do SUAS nos pólos regionais. Atualmente já se encontram implantadas duas unidades nos Polos de Santarém e Breves. O projeto de implantação dessas unidades vem sendo executado de paulatina conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Ação: Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação				
Produto: serviço Realizado				
	Dot. Atualizada	Realizado		
	OGE/2015	Abs.	%	
Físico	11 un	30	273	
Financeiro (R\$ 1,00)	828,50 MIL	343,59 mil	41	

Análise: Ação financiada com recursos do Tesouro do Estado na UG SEASTER. A execução financeira alcançou o percentual de 41% em relação ao recurso previsto. Sendo que 47% desses recursos foram destinados ao pagamento de Despesas de Exercícios anteriores (DEA).

Fonte: GP Pará/Out/2016

Elaboração: SEASTER/NUPLAN

Nesta ação são celebrados contratos de prestação de serviços como: fornecimento de acesso à internet nos SINES da capital e nos municípios do Estado, desenvolvimento de Sistemas SUASWEB e instalações, implantação e serviços de fornecimento de internet aos abrigos, Unidades Regionais, CIIC e sede da Secretaria.

O Núcleo de Tecnologia de Informação da SEASTER, em 2016, capacitou 40 Conselheiros Tutelares e 04 técnicos que contribuirão com a implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), no Estado do Pará.